

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE DOCUMENTAÇÃO  
CURSO DE ARQUIVOLOGIA**

**Roberta Stephanie de Souza**

**ESTUDO DO ACERVO DOCUMENTAL DA CATEDRAL  
METROPOLITANA NOSSA SENHORA DA IMACULADA  
CONCEIÇÃO/SANTA MARIA-RS**

Santa Maria, RS

2019

**Roberta Stephanie de Souza**

**ESTUDO DO ACERVO DOCUMENTAL DA CATEDRAL METROPOLITANA  
NOSSA SENHORA DA IMACULADA CONCEIÇÃO/SANTA MARIA-RS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Arquivologia, do Centro de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de **Bacharel em Arquivologia**

**Orientadora: Glauca Vieira Ramos Konrad**

**Santa Maria, RS**

**Roberta Stephanie de Souza**

**ESTUDO DO ACERVO DOCUMENTAL DA CATEDRAL METROPOLITANA  
NOSSA SENHORA DA IMACULADA CONCEIÇÃO/SANTA MARIA - RS**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Graduação  
em Arquivologia, do Centro de Ciências  
Sociais e Humanas, da Universidade  
Federal de Santa Maria (UFSM, RS),  
como requisito parcial para a obtenção  
do título de **Bacharel em Arquivologia**

**Aprovado em 3 de julho de 2019:**

---

**Glauca Vieira Ramos Konrad, Dra. (UFSM)**  
(Presidente/Orientadora)

---

**Andre Zanki Cordenonsi, Dr. (UFSM)**

---

**Danilo Ribas Barbiero, Dr. (UFSM)**

Santa Maria, RS  
2019

## RESUMO

### ESTUDO DO ACERVO DOCUMENTAL DA CATEDRAL METROPOLITANA NOSSA SENHORA DA IMACULADA CONCEIÇÃO/SANTA MARIA-RS

AUTORA: ROBERTA STEPHANIE DE SOUZA  
ORIENTADORA: GLAUCIA VIEIRA RAMOS KONRAD

Esta pesquisa busca elucidar a importância dos arquivos eclesiásticos como fontes históricas, através da transcrição de algumas páginas de dois dos livros tomo da Catedral Metropolitana Nossa Senhora da Imaculada Conceição, na cidade de Santa Maria, Rio Grande do Sul. Os arquivos eclesiásticos por vezes não recebem a devida importância e tratamento arquivísticos que merecem, tendo seus acervos perdidos, dispersos ou degradados. A Igreja Católica teve por anos, durante o período pré-republicano no Brasil, a incumbência de ser a produtora dos registros civis e de ser a responsável por guardá-los, tornando-se umas das instituições que possuem um rico conjunto documental sobre a população no Brasil. Além da transcrição do conteúdo dos livros tomo, o trabalho buscou embasar-se em autores que discorreram tanto sobre arquivos eclesiásticos, como sobre as práticas arquivísticas aplicadas a estes tipos de arquivos. Como resultado da transcrição, observou-se que o conteúdo dos documentos de fato remonta à história, tanto através de acontecimentos e referências a pessoas locais, como com referências a acontecimentos marcantes na história do país. É imprescindível que estes documentos recebam tratamento arquivísticos, uma vez que são fontes primárias manuscritas dotadas de valor permanente e exercem o papel de testemunho da história do Brasil.

**Palavras-chave:** Arquivologia. Arquivos eclesiásticos. Arquivística. Transcrição. Tombo. Igreja. História.

## ABSTRACT

### ESTUDY OF THE DOCUMENTARY ACQUIS OF THE CATEDRAL METROPOLITANA NOSSA SENHORA DA IMACULADA CONCEIÇÃO/SANTA MARIA-RS

AUTHOR: ROBERTA STEPPHANIE DE SOUZA  
CONSELOR: GLAUCIA VIEIRA KONRAD RAMOS

This research seeks to elucidate the importance of ecclesiastical archives as historical sources, through the transcription of some pages of two of the tombo books of the Metropolitan Cathedral of Our Lady of the Immaculate Conception, in the city of Santa Maria, Rio Grande do Sul. Ecclesiastical archives sometimes do not receive the due importance and archival treatment they deserve, having their collections lost, dispersed or degraded. The Catholic Church had for years, during the pre-republican period in Brazil, the importance to be the producer of the civil registries and was responsible for guarding them, becoming one of the institutions that have a substantial set of documents on the population in Brazil. Besides the transcription of the contents of the books, this study sought to be based on authors that focus they work on ecclesiastical archives and the archival practices applied to these types of archives. As a result of the transcription, it was observed that the content of the documents actually can rebuild the story, both through events and references to local people, and also with references to important events in the country's history. It is indispensable that these documents receive archival treatment, since they are handwritten primary sources endowed with permanent value and had the important part of been testimony of the history of Brazil.

**Key words:** Archival science. Ecclesiastical archives. Archives. Transcription. Church. History.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>6</b>
1.1 OBJETIVO GERAL.....	7
1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	7
1.3 JUSTIFICATIVA.....	7
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>9</b>
2.1 A CIDADE DE SANTA MARIA .....	8
2.2 HISTÓRICO DA CATEDRAL METROPOLITANA NOSSA SENHORA DA IMACULADA CONCEIÇÃO .....	8
2.3 A RELAÇÃO ENTRE A IGREJA E SEUS ARQUIVOS .....	10
2.4 CONCEITOS ARQUIVÍSTICOS.....	14
2.5 REVISANDO OS PRINCÍPIOS ARQUIVÍSTICOS .....	15
<b>3 METODOLOGIA.....</b>	<b>17</b>
<b>4 RESULTADOS .....</b>	<b>20</b>
<b>5 CONCLUSÃO.....</b>	<b>42</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>42</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Os arquivos eclesiásticos constituem um dos mais ricos e completos conjuntos documentais que carregam consigo a história dos primeiros anos do Brasil, servindo como testemunho de uma época em que os limites de poder entre a Igreja e o Estado estavam indefinidos.

Sob a influência do governo de Portugal no período colonial da América do Sul, a construção do Brasil teve a participação ativa da Igreja Católica em sua formação. O catolicismo foi promulgado como a religião oficial do Império, que estava sob o domínio das coroas Portuguesa e Espanhola. Como resultado dessa união, a Igreja tornou-se responsável pela produção documental referente ao registro da população civil, sendo esse regime conhecido pelo nome de Padroado.

Na cidade de Santa Maria, uma das instituições locais que têm sua trajetória paralela a da cidade é a Catedral Metropolitana Nossa Senhora da Imaculada Conceição, pertencente à religião católica, que está localizada na Avenida Rio Branco.

Ao longo sua existência, a Igreja produziu tanto documentos referentes ao registro civil (nascimentos, óbitos e casamentos), como também documentos que descreviam suas atividades, sendo que alguns deles possuíam valor administrativo, enquanto outros foram produzidos com a função de servir como testemunho de suas atividades rotineiras, como produção de pastorais e sermões direcionados a seus fiéis.

Este trabalho busca mostrar que os arquivos eclesiásticos carregam em sua essência a incontestável relevância como objetos de investigação na produção de pesquisas no âmbito sócio-cultural, permitindo ao pesquisador um vislumbre sobre os costumes e acontecimentos do passado. O estudo e o trabalho junto aos arquivos eclesiásticos tem contribuído a muito tempo aos arquivistas, permitindo o aprimoramento das práticas arquivísticas.

## 1.1 OBJETIVO GERAL

Esta pesquisa tem por objetivo ressaltar a relevância do papel que os registros paroquiais têm como vestígios da história, realizando a leitura e transcrição de amostras selecionadas intencionalmente em um dos livros tomo do acervo da Catedral.

## 1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Avaliar o estado em que o arquivo se encontra, verificando a existência de políticas arquivísticas que visem fazer e gestão, conservação e preservação da documentação;
- Refletir e analisar a importância dos arquivos eclesiásticos como fontes de pesquisa.

## 1.3 JUSTIFICATIVA

A realização deste trabalho surgiu da curiosidade gerada em uma visita à Igreja, não na qualidade de centro religioso, mas no de ponto turístico da cidade.

Ao perceber os detalhes da arquitetura, buscou-se saber de onde vieram os artefatos presentes no prédio, os quais foram informados serem frutos de doações de fiéis ao longo dos anos de existência da Igreja.

Essa informação possibilitou conhecer os motivos dessas doações e como elas se deram, bem como os documentos de registro gerados em função dessa ação. O segundo momento foi de pesquisa aos documentos, onde foi constatado que os arquivos referentes a doações não se encontravam presentes no acervo local, mas identificou-se a existência de outros tipos documentais junto aos registros da Igreja. Dessa forma, surgiu o interesse na realização de pesquisa acerca dessa documentação sob o viés arquivístico, mostrando o potencial do acervo como fonte para pesquisadores que buscam fontes primárias na escrita da história tanto da instituição como da cidade de Santa Maria.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 A CIDADE DE SANTA MARIA

No período colonial, os primeiros habitantes da área que viria a ser a cidade foram os índios minuanos e os tapes. A cidade nasceu a partir de um acampamento formado por uma comissão, chamada Comissão de Demarcação de Limites na América Meridional, a qual foi criada com o propósito de demarcar os limites entre as terras dominadas por Portugal e Espanha, sendo oriunda do Tratado Preliminar de Restituições Recíprocas(1777). Houve discordâncias entre as partes espanhola e portuguesa. Então o grupo se dividiu e a cidade de Santa Maria foi oficialmente fundada quando uma parte mudou seu acampamento para o local onde hoje está a Praça Saldanha Marinho em 1797.

Foram construídos ranchos e galpões pelos oficiais que ali se estabeleceram, e os índios acabaram por se juntar às pessoas que ali estavam, em razão de fatores econômicos e sociais. Foi erguida também uma capela provisória. As terras referidas pertenciam à sesmaria do tenente Jerônimo de Almeida e foram cedidas ao Pe. Ambrósio José de Freitas. A comissão desmembrou-se em 1801, abandonando seu acampamento e desmontando sua capela. A rua do Acampamento, localizada no centro da cidade, recebeu seu nome devido ao acampamento da comissão demarcadora.

No ano de 1828, chegou à região um batalhão de soldados alemães que estavam a serviço do Brasil, juntando-se à população da região. O batalhão foi dissolvido, mas a maior parte de seus integrantes permaneceu no local e então Santa Maria já contava com uma população de 3.100 habitantes. Em 1837, tornou-se Freguesia de Santa Maria da Boca do Monte e no ano de 1838 foi fundada a primeira escola pública. Durante o período da Revolução Farroupilha, fugindo dos combates, chegaram à região os imigrantes alemães, vindos de São Leopoldo. Algumas batalhas foram travadas na região, como exemplo, o confronto entre o Barão de Caxias e os farrapos na data de 11 de novembro de 1840. Ao final da revolução, a população local voltava a crescer.

## 2.2 HISTÓRICO DA CATEDRAL METROPOLITANA NOSSA SENHORA DA IMACULADA CONCEIÇÃO

A Catedral está localizada, atualmente, na Avenida Rio Branco, nº 821, no centro da cidade de Santa Maria, Rio Grande do Sul. A Avenida Rio Branco foi uma das primeiras ruas da cidade de Santa Maria, tendo sido criada por volta de 1817, e recebendo, a princípio, o nome de Rua General Pinto Bandeira. A avenida recebeu ainda outros nomes ao longo de sua existência, tendo sido ele modificado definitivamente para Avenida Rio Branco no ano de 1908.

Em 1797, foi construído um Oratório para atender ao acampamento militar que havia se formado no princípio da cidade de Santa Maria, no território da estância do Pe. Ambrósio José de Freitas. Um oratório foi construído por decreto em 1804, porém foi substituído por uma Capela Pública no ano de 1810, e em 27 de julho de 1812 por um Curato, devido ao número de pessoas que já se instalava na cidade e às doações de terra que a Igreja recebeu.

Em função das divisões administrativas-eclesiásticas, em 1779, o bispo do Rio de Janeiro (sede da administração eclesiástica no Brasil), D. José Joaquim Mascarenhas Castelo Branco, invocou Nossa Senhora da Conceição como padroeira da Freguesia. Naquela época, vigorava o regime de Padroado.

O prédio da Igreja começou a ser construído em 1902 e foi concluído em 5 de dezembro de 1909, tendo sofrido várias alterações em sua arquitetura ao longo dos anos, no entanto sua presença firme é uma prova concreta da história que ela presenciou. Foi oficialmente inaugurada em 1909, tendo se tornado oficialmente Catedral Diocesana em 15 de agosto de 1910. A Catedral foi tombada como patrimônio histórico de Santa Maria no ano de 2002, tendo sido elevada de diocese para arquidiocese em 13 de abril de 2011.

O local conta com uma decoração minuciosa, contendo pinturas internas feitas pelo pintor italiano Aldo Locatelli<sup>1</sup>, adornos de Emilio Sessa, além de

---

<sup>1</sup> Aldo Locatelli foi um pintor italiano, nascido em 1915 em Villa d'Almé, em Bergamo na Itália, que chegou ao Brasil no ano de 1948, responsável por obras que possuía temas históricos, lendários e religioso.

contar 34 belos vitrais em suas janelas que foram doados por algumas famílias no ano de 1948.

### 2.3 A RELAÇÃO ENTRE A IGREJA E SEUS ARQUIVOS

A Igreja Católica teve grande importância na formação na sociedade no Brasil, uma vez que esteve aliada à coroa de Portugal. A monarquia detinha o direito de administrar e interferir em assuntos religiosos, e em troca a Igreja teve sua soberania religiosa garantida através de sua promulgação como religião oficial durante o período colonial e em todo o período Imperial no país. Devido à forte ligação entre Estado e Igreja, foi delegado a mesma a responsabilidade de produção e guarda dos registros de informações civis, como casamentos, nascimentos, óbitos, batismo, entre outros, e os clérigos, encarregados dessa função recebiam uma remuneração pelo cargo que desempenhavam, chamada de cômputo. Dentro desse contexto, as primeiras diretrizes que regulamentaram a produção e manutenção de arquivos eclesiais dentro da Igreja Católica surgiram no Concílio de Trento, ocorrido entre os anos de 1545 e 1563, o qual teve a finalidade de aprovar decretos visando melhorar a instrução dos membros da Igreja e a criação de decretos sobre condutas de moralidade. O Concílio de Trento foi convocado pelo Papa Paulo III, tendo sido o décimo nono conselho ecumênico, tendo recebido esse nome por ter sido realizado na cidade de Trento, na Itália. O Concílio foi chamado de Contrarreforma, pois foi uma reação da Igreja aos movimentos de protestantismo que ocorreram na Europa.

Expandiu-se, assim, o poder de controle sobre a população e da territorialização da Igreja, que já não era apenas responsável pela orientação religiosa, mas também por ser produtora e ser responsável pela guarda dos registros daqueles que eram considerados cidadãos. O estatuto do Padroado Régio resultou no registro de toda a população brasileira que possuía o direito ao batismo, excluindo índios, africanos pagãos ainda não batizados e protestantes.

Em Portugal, as paróquias deveriam obrigatoriamente manter registros referentes à população, tendo isso sido estabelecido nas Constituições de Coimbra. Essa determinação foi seguida em solo brasileiro, até as práticas

serem regulamentadas pelas normas do Regimento do Auditório Eclesiástico da Constituição Primeira do Arcebispado da Bahia (1707) os quais seguiam as diretrizes do Concílio de Trento e vigoraram até entrar em vigor o Código de Direito Canônico (CDC) no ano de 1917.

No ano de 1962, no dia 11 de outubro foi iniciado o Concílio do Vaticano, concílio realizado depois do Concílio de Trento, o qual foi uma reunião de bispos ocorrida no Estado do Vaticano para tratar novamente de assuntos de interesse da Igreja, tendo sido o mais longo da história da instituição. Foi o evento responsável pelas mais significativas mudanças na postura da Igreja com relação a seus bens materiais, onde chegou-se à conclusão de que estes poderiam servir como instrumento de evangelização. Em 28 de maio de 1988, foi criada através da Constituição Apostólica *Pastor Bonus*, a pontifícia Comissão para Bens Culturais da Igreja.

Até meados de 1890, a Igreja foi responsável pela produção documental e guarda referente aos registros civis, quando através da primeira Constituição Republicana do Brasil, foi então extinto o regime do Padroado no Brasil.

Em 7 de janeiro de 1890 foi ordenado pelo marechal Manoel Deodoro da Fonseca, o Decreto 119-A, o qual separou as funções da Igreja das do Estado, tornando-o laico, e que dizia no Art.4:

Art. 4º Fica extinto o padroado com todas as suas instituições, recursos e prerogativas.

Em 8 de janeiro de 1991, foi criada a Lei 8.159, a qual legisla sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. E define no seu segundo artigo, o que são arquivos:

Art. 2º - Consideram-se arquivos, para os fins dessa Lei, os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos.

O Capítulo III sobre arquivos privados, ainda da Lei 8.159 diz:

Art. 12 – Os arquivos privados podem ser identificados pelo Poder Público como de interesse público e social, desde que sejam considerados como conjuntos de fontes relevantes para a história e desenvolvimento científico nacional.

Art. 13 - Os arquivos privados identificados como de interesse público e social não poderão ser alienados com dispersão ou perda da unidade documental, nem transferidos para o exterior.

Parágrafo único – Na alienação desses arquivos o Poder Público exercerá preferência na aquisição.

Segundo o Decreto 4.073 de 3 de janeiro de 2002 que regulamenta no Art.22 da Lei 8.159/91, os arquivos:

Art.22. Os arquivos privados de pessoas físicas ou jurídicas que contenham documentos relevantes para a história, a cultura e o desenvolvimento nacional podem ser declarados de interesse público e social pelo decreto do Presidente da República.

§ 1º A declaração de interesse público e social de que trata este artigo não implica a transferência do respectivo acervo para guarda em instituição arquivística pública, nem exclui a responsabilidade por parte de seus detentores pela guarda e a preservação do acervo.

§ 2º São automaticamente considerados documentos privados de interesse público e social:

I – os arquivos e documentos privados tombados pelo Poder Público;

II – os arquivos presidenciais, de acordo com o art.3º da Lei 8.394, de 30 de dezembro de 1991;

III – os registros civis de arquivos de entidades religiosas produzidos anteriormente à vigência da Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916, de acordo com o art.16 da Lei 8.159, de 1991.

O Código Civil Brasileiro foi instituído pela Lei 3.073, sendo vigente de 1º de janeiro de 1917 até 11 de janeiro de 2003.

Portanto, os documentos que estavam sob a guarda da Igreja passaram constituir uma rica fonte de documentação arquivística que configura como patrimônio cultural e social do país.

Segundo Silva e Borges (2000, p.38), o resultado desses eventos foi o acúmulo considerável de arquivos que refletem a história social pela Igreja, não apenas de documentos relativos a administração e diretrizes da própria instituição, mas um relato fiel das mudanças culturais, econômicas e sociais que ocorreram ao longo dos séculos dentro da particularidade de cada região.

Contudo, isso não garante o livre acesso do pesquisador a esse acervo, uma vez que a legislação mantém o direito da Igreja, que é considerada uma instituição de personalidade jurídica de direito privado, de controlar a liberação de informações conforme seu interesse.

Por vezes, o desconhecimento da legislação vigente, tanto por parte do pesquisador como por parte da instituição, acaba por criar uma barreira no momento de acessar esses arquivos.

A falta do conhecimento, pelo pesquisador comum, de que estes conjuntos documentais pertencentes à Igreja constituem uma fonte afortunada de dados históricos e culturais, não somente a aqueles que seguem a religião, ocasionam uma baixa demanda de sua procura para fins de pesquisa e produção científica. Essa baixa demanda de procura, por sua vez, faz com que algumas instituições não saibam do potencial informacional de seus arquivos, não investindo na aplicação ou aprimoramento dos serviços de acesso e difusão focado em usuários interessados na consulta documental, por vezes, impedindo o acesso aos mesmos.

No entanto, deve ser dito aqui que essa falta de entendimento entre instituição e pesquisador é uma via de mão dupla, uma vez que a entidade custodiadora do acervo deveria buscar conhecer seus arquivos, valorizá-los, implantar práticas arquivísticas e assim, oferecer um serviço de acesso de qualidade, investindo em sua difusão, levando o conhecimento sobre a existência e promovendo a valorização preservação dos mesmos.

Dito isto, destaca-se novamente a função do arquivista, na promoção da educação patrimonial junto a instituição custodiadora e do público, através da aplicação de práticas arquivísticas que visem a organização física e racional dos acervos, criando planos de classificação e quadros de arranjo dentro dos quais os documentos se encontrem contemplados, evitando seu extravio ou separação.

De acordo com Craig (1993), existem várias razões que justificam o estudo da história das instituições arquivísticas. Dentre elas, ele destaca que conhecer a origem dos documentos ajuda o arquivista a compreender o que deve conservar. Conhecer a história dos arquivos ajuda a compreender suas características, aumentando o interesse de quem os gere e resultando no melhoramento dos serviços oferecidos aos usuários. O contato com os arquivos pode aguçar o espírito crítico em relação ao trabalho do profissional e

seu estudo influência de forma positiva na aplicação dos princípios arquivísticos, culminando em seu aperfeiçoamento.

## 2.4 CONCEITOS ARQUIVÍSTICOS

Para compreender melhor os conceitos arquivísticos básicos necessários para a reflexão proposta neste estudo, faz-se fundamental ter conhecimento das teorias elaboradas por autores que discorrem sobre o fazer arquivístico e da definição de alguns termos citados ao longo do trabalho.

Os livros tombo escolhidos para esta pesquisa são originais e únicos e, portanto, são classificados como fontes documentais primárias. Para Montenegro (2012, p.17) “as fontes primárias ou fontes originais são produzidas no local e no evento em que elas ocorreram por quem registra, podendo ser um livro, um relatório científico, um artigo, um diário pessoal, fotografia, uma entrevista oral, entre outros”. As fontes secundárias são aquelas que se originaram das fontes primárias, sendo escritas baseando-se nos fatos obtidos. As fontes terciárias são publicações feitas em cima das fontes secundárias, produzidas por um terceiro autor.

A expressão Livros Tombo surgiu do Direito Português, onde a palavra tombar tinha o significado de registrar e inventariar bens. O inventário era então guardado na Torre do Tombo, na torre albarrã no castelo de São Jorge, em Lisboa, Portugal.

Arquivos eclesiásticos são documentos, registros e memoriais, produzidos ou recebidos durante o fazer das atividades de uma instituição religiosa. Aqui cabe lembrar que a compreensão da definição desses arquivos deve ir além dos arquivos da Igreja Católica, pois o conceito de arquivos eclesiásticos também engloba documentos produzidos por instituições de outras ordens religiosas.

Para Bellotto (1991), arquivos eclesiásticos são considerados Arquivos Sociais e diz:

Os da Igreja Católica, com datas anteriores à proclamação da república, devido ao valor jurídico que têm seus registros demográficos (já que no período colonial não havia registro civil)

mereceram no anteprojeto sobre arquivos públicos e privados um artigo específico:

Art.12 Os documentos relativos a nascimentos, casamentos, óbitos e testamentos, integrantes do acervo dos arquivos das entidades religiosas e produzidos anteriormente à vigência do Código Civil, ficam, desde já, classificados como arquivos de interesse público, sob a proteção especial do Arquivo Nacional. [...]

O interesse por arquivos eclesiásticos têm crescido nos últimos anos, tornando-se um referencial importante para aqueles que buscam estudar a Nova História. Estes documentos comportam um arranjo de informações sobre pessoas comuns, permitindo ao pesquisador fazer paralelo entre costumes e relações de outras épocas. A maior parte dos relatos históricos que contribuíram para que se remontasse o passado são registros deixados pela elite econômica, focando em assuntos políticos e pouco pessoais. Quando se tratam de relatos pessoais, referiam-se à algum indivíduo possuidor de certo status social e pertencente às camadas financeiramente beneficiadas. No entanto, ainda há pouca pesquisas sobre arquivos eclesiásticos no Brasil.

## 2.5 REVISANDO OS PRINCÍPIOS ARQUIVÍSTICOS

Alguns dos acervos das paróquias no país foram desmembrados em função da escassez de aplicação de políticas arquivísticas. A cada criação de dioceses, os arquivos acabavam por ser separados e então eram mandados para outras localidades, em função do que se acreditava na época, ser o certo, desrespeitando a organicidade que os acervos possuíam.

Os documentos que, por algum motivo, foram encaminhados para outros acervos dos quais não fazem parte, devem retornar a seu local de produção, baseando-se no princípio da territorialidade, segundo o qual os documentos produzidos em determinado local, devem permanecer junto ao território em que foi criado (ROSSEAU E COUTURE, 1998).

O princípio da proveniência ou princípio de respeito aos fundos, garante que os conjuntos documentais de uma unidade não devem ser misturados com os documentos de um ou várias outras unidades (ROSSEAU E COUTURE, 1998).

O princípio da organicidade diz que as relações administrativas das instituições são orgânicas, ou seja, são produzidas de forma natural no

decorrer de suas atividades e possuem ligação entre si, espelhando assim a estrutura da organização.

### 3 METODOLOGIA

A metodologia empregada na pesquisa constituiu-se de pesquisa do referencial teórico e visita ao acervo a ser estudado.

Após levar em considerações a área de interesse os objetivos do trabalho, foram pesquisadas fontes teóricas e estudos semelhantes ao presente trabalho, afim de agregar outras fontes de informação e complementar métodos de pesquisa direta ao acervo documental arquivístico selecionado.

Os tipos de fontes utilizadas para fundamentação teórica foram artigos, livros, textos, leis, decretos entre outros, os quais vieram a compor uma visão ampla dos acontecimentos e razões que levaram aos marcos que vão desde o momento em que a Igreja se torna responsável pela criação e guarda de documentos que continham registros civis, até o os episódios que a destituíram de tal função, levando em consideração as mudanças no sua participação ativa junto ao poder do Estado.

Após a pesquisa, foi montada uma linha do tempo onde os dados absorvidos foram postos em ordem cronológica, buscando relacionar os fatos entre si, de maneira a mostrar como algumas mudanças influenciaram outras de forma sistemática.

Com relação à parte prática da pesquisa, foram realizadas visitas à Catedral Metropolitana Nossa Senhora a Imaculada Conceição, junto ao escritório administrativo, local onde situa-se o acervo, o qual está estabelecido na Avenida Rio Branco, nº 821, no centro da cidade de Santa Maria. A pesquisa foi feita diretamente nos documentos originais, uma vez que os mesmos ainda não foram reproduzidos usando outras técnicas reprográficas. A Igreja presta atendimento ao público no turno da manhã no horário das 8h até 11h 45min, e no turno da tarde no horário entre 13h 45min até 17h 45min.

Os documentos referidos na pesquisa são livros tombo, os quais necessitaram de transcrição. O objetivo da transcrição foi de facilitar a compreensão de seu conteúdo já que os textos foram escritos no século IXX, e

apresentam formatação e grafia diferentes da atual, bem como termos em latim e abreviaturas.

Como fontes primárias, os documentos manuscritos são fontes que servem de base para a descoberta de acontecimentos e datas, sendo a partida inicial para qualquer pesquisa. Porém, ao longo dos anos, a escrita pode sofrer mudanças, o que vem a causar certa dificuldade a aqueles que tencionam ler o conteúdo de documentos manuscritos em épocas posteriores a sua escrita original.

Para a leitura destes documentos, é necessária a adoção de uma padronização de procedimentos que visem tornar compreensível seu conteúdo, e que ainda assim mantenha e mostre a ortografia, o vocabulário e os caracteres usados comumente no período histórico escolhido para consulta.

A paleografia é a ciência que busca avaliar e transcrever as características da escrita, sendo definida por Acioli (2003, p. 5) como:

[...]a ciência que lê e interpreta as formas gráficas antigas, determina o tempo e o lugar em que foi escrito o manuscrito, anota os erros que possa conter o mesmo, com o fim de fornecer subsídios a História, a Filologia, ao Direito e a outras ciências que tenham a escrita como fonte de conhecimento.

Segundo Cambraia (2005, p.23):

A paleografia pode ser definida, de uma forma bastante básica, como o estudo das escritas antigas. Modernamente, apresenta finalidade tanto teórica quanto pragmática. A finalidade teórica infesta-se na preocupação em se entender como se constituíram sócio-historicamente os sistemas de escrita; já a finalidade pragmática evidencia-se na capacitação de leitores modernos para avaliarem a autenticidade de um documento, com base na sua escrita, e de interpretarem adequadamente as escritas do passado.

Esta pesquisa limitou-se a fazer a apenas a transcrição paleográfica, baseando-se nas Normas Técnicas para Transcrição e Edição de Documentos Manuscritos, as quais vigoram desde o ano de 1993. O procedimento consiste em reproduzir o conteúdo dos documentos, mantendo intacta a grafia das palavras, os acentos e símbolos como estão.

Os documentos não foram transcritos em sua totalidade, uma vez que o objetivo deste trabalho não é realizar uma pesquisa sobre seu conteúdo. Foram

transcritas apenas algumas das páginas, tendo algumas páginas sido transcritas separadamente, optando-se assim por divulgar uma parte do conteúdo manuscrito.

Ao final dessas etapas foi reunido todo o conteúdo prático e teórico, sendo então, expostos os pontos pertinentes para o desenvolvimento do propósito deste estudo.

## 4 RESULTADOS

Os documentos do acervo selecionado para ser estudado nesta pesquisa foram dois dos livros tombo pertencentes à Catedral Metropolitana Nossa Senhora da Imaculada Conceição. O acervo é constituído por livros tombo e outros tipos de documentos, dotados de registros de grande valor histórico. Os livros tombo apresentam suporte já fragilizado por serem antigos. O primeiro livro é datado do ano de 1814, iniciado no dia 12 de maio.

Não existe um arquivo no local, portanto os documentos encontravam-se armazenados em um armário de madeira e estavam separados dos outros documentos arquivísticos da instituição. Os livros ainda não receberam tratamento arquivístico, portanto não estão definidos em um plano de classificação, tabela de temporalidade ou quadro de arranjo.

Apesar de ainda não terem passado pela avaliação de um arquivista e não terem recebido tratamento adequado durante suas fases corrente e intermediária, é indiscutível que os livros tombo ali encontrados possuem caráter permanente, uma vez que são registros de valor probatório e histórico.

Os livros são constituídos de informações manuscritas e contém pastorais, circulares, inventários de bens, cartas de provisão, ofícios da diocese, seção religiosa, termos de consagração, entre outros. O primeiro livro possui em sua maioria, mensagens que buscavam evangelizar os fiéis.

O primeiro livro sofreu uma tentativa de restauração. Algumas de suas folhas foram coladas na região final da folha, perto da lombada. A primeira página conta com colagens de papel em locais que possuem furos, no entanto, as outras folhas do mesmo livro que possuem buracos ou rasgos não receberam o mesmo tipo de restauração. Foi informado pelas funcionárias do local, que os livros receberam capas novas, porém o procedimento foi realizado há algum tempo e as mesmas já não se encontram em boas condições.

Aparentemente, a tinta utilizada para a escrita de algumas páginas foi a tinta ferrogálica, pois o suporte apresenta buracos que possuem formato das letras nas páginas onde as letras apresentam traço mais grosso, chegando a separar pedaços de folhas em algumas páginas. Os livros apresentam buracos

ocasionados por pragas, que em alguns casos pode comprometer a leitura. Os livros foram higienizados pelos funcionários da Igreja e não possuem vestígios de pragas vivas ou larvas.

A tinta ferrogálica teve sua origem em Roma, tendo sido utilizada até meados de século XX. A tinta é composta por água ( $H_2O$ ), vinagre ou vinho (aditivos), goma-arábica (ligante), noz de galha e sulfato de ferro ( $FeS^{2+}$ ), sendo este elemento o responsável pela de degradação do suporte. Após ser exposta a luz, umidade e oxigênio, produz ácido sulfúrico, que acaba por corroer o papel no formato do que foi desenhado ou escrito.

O primeiro livro possui 98 folhas numeradas, totalizando 196 páginas de registro, e possui, na maior parte de seu conteúdo, sermões e mensagens de cunho religioso.

O segundo livro é datado dos anos de 1860 a 1888 e contém 200 folhas numeradas, totalizando 400 páginas. Um fato curioso sobre este livro é que ele conta com um manifesto abolicionista, o qual mostra como a Igreja sempre procurou manter-se ativa em discussões sobre política e assuntos de cunho social.

Para a realização do estudo, foi feita a transcrição da amostra de documentos, selecionada intencionalmente.

“A seleção de amostras intencionais é realizada de acordo com o julgamento do pesquisador. Se for adotado um critério razoável de julgamento, pode se chegar a resultados favoráveis.” (Oliveira, 2001).

As amostras foram selecionadas para este trabalho, levando-se em consideração o possível potencial informacional para pesquisas de cunho social, histórico e comportamental. Não será feita neste trabalho nenhuma análise das informações transcritas, uma vez que essa ação caberá ao pesquisador que tiver interesse nos documentos. Porém, após a transcrição apresentada ao final de cada documento, constarão algumas breves informações acerca das pessoas que o escreveram ou que neles foram mencionadas.

As amostras referidas foram escolhidas após uma breve leitura dos livros tombo em uma sala de consulta junto ao local onde estavam guardados, porque contém informações referentes a acontecimentos históricos tanto para o país como para a região de Santa Maria, assim como pastorais, textos frequentemente encontrados nestes livros tombo.

Além das visitas ao local e da consulta ao acervo, foi feita uma breve entrevista com as funcionárias que trabalhavam na época no local, acerca do acervo. No primeiro contato com as funcionárias e o padre, os mesmos não souberam precisar quantos livros existiam no total, e informaram acreditar que os 8 livros que encontravam-se naquele momento dentro do armário eram os únicos existentes. Na segunda visita a secretaria, foi feita uma breve leitura dos documentos, quando também foram tiradas fotografias dos documentos, para que estes pudessem ser lidos sem manuseio direto, já que alguns apresentavam seu suporte fragilizado.

A seguir, estão apresentadas as fotos retiradas dos documentos.

Figura 1- Página do livro tombo danificada pela ação de pragas. O documento apresenta danos causados por pragas, o que dificulta sua leitura nas áreas afetadas.

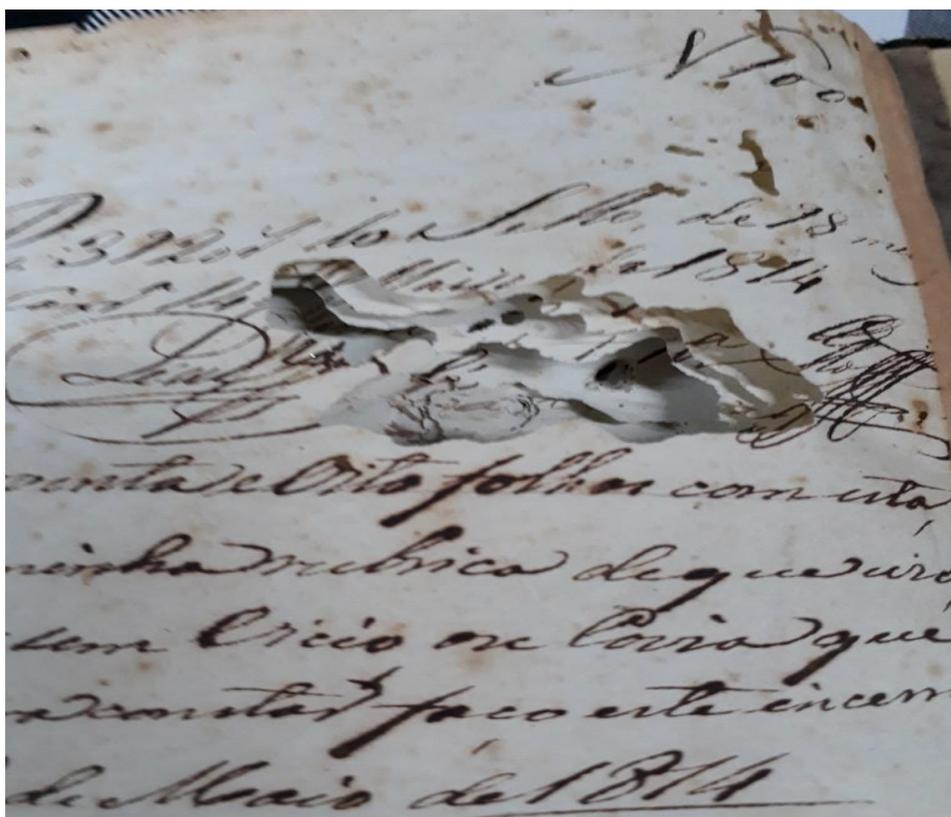


Foto: acervo da autora

Figura 2- Buracos ocasionados pela tinta ferrogálica.



Fonte: acervo da autora.

Na foto 2 podemos ver a corrosão causada pela tinta, que ocasionou um buraco no formato da letra, assim como outros buracos causados pela ação de pragas.

Figura 3 – Em função da corrosão da tinta ferrogálica, algumas folhas foram separadas.



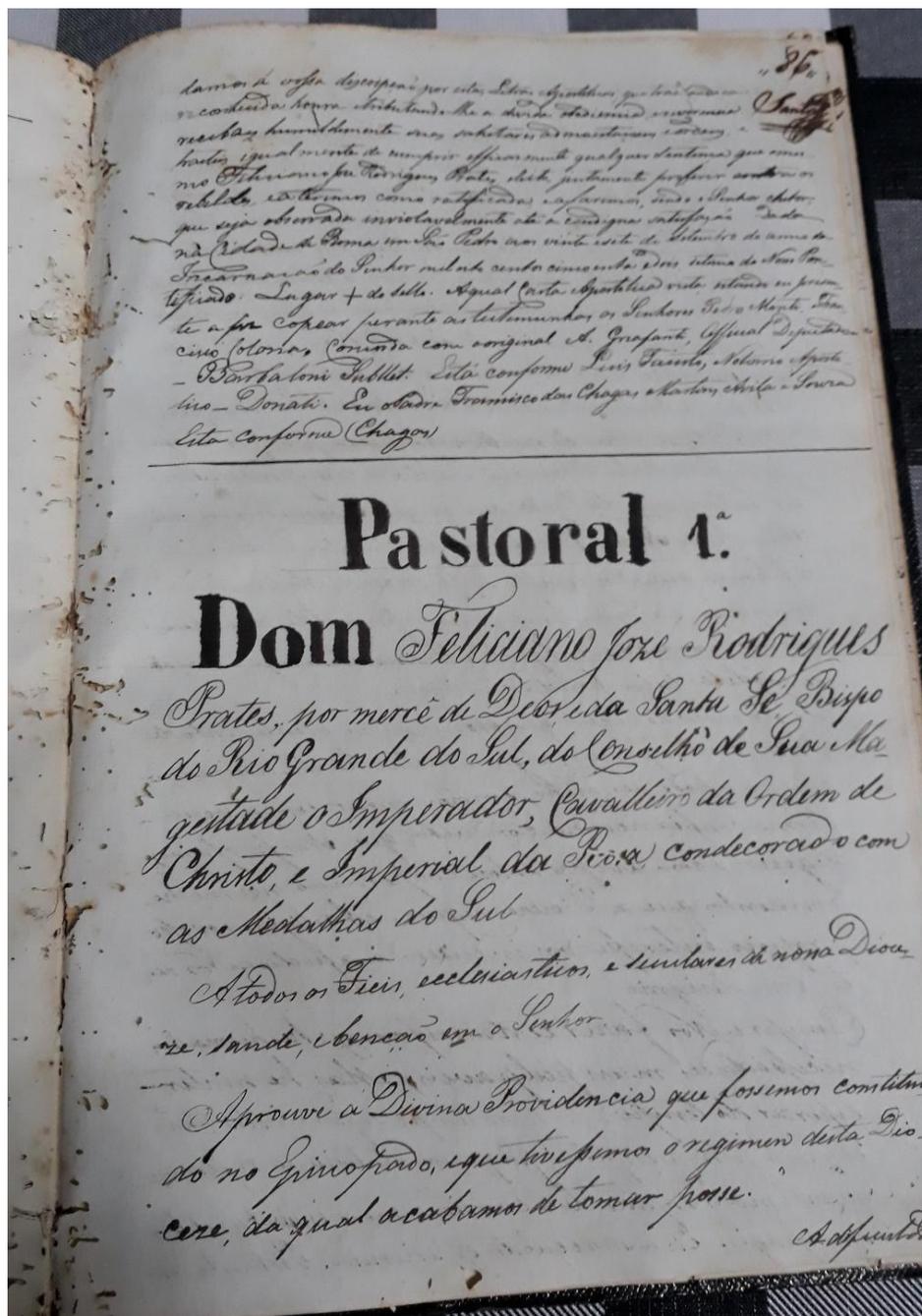
Fonte: acervo da autora.

As fotos mostradas anteriormente pertencem ao livro tomo número 1, e algumas de suas folhas se encontram em estado degradado, já que provavelmente sofreram a ação de insetos. Percebe-se que os buracos

prejudicam a leitura e transcrição destes documentos, uma vez que os mesmo atingem a área textual do manuscrito.

O resultado das transcrições dos documentos serão apresentados a seguir.

Figura 4 - Pastoral.



Fonte: acervo da autora.

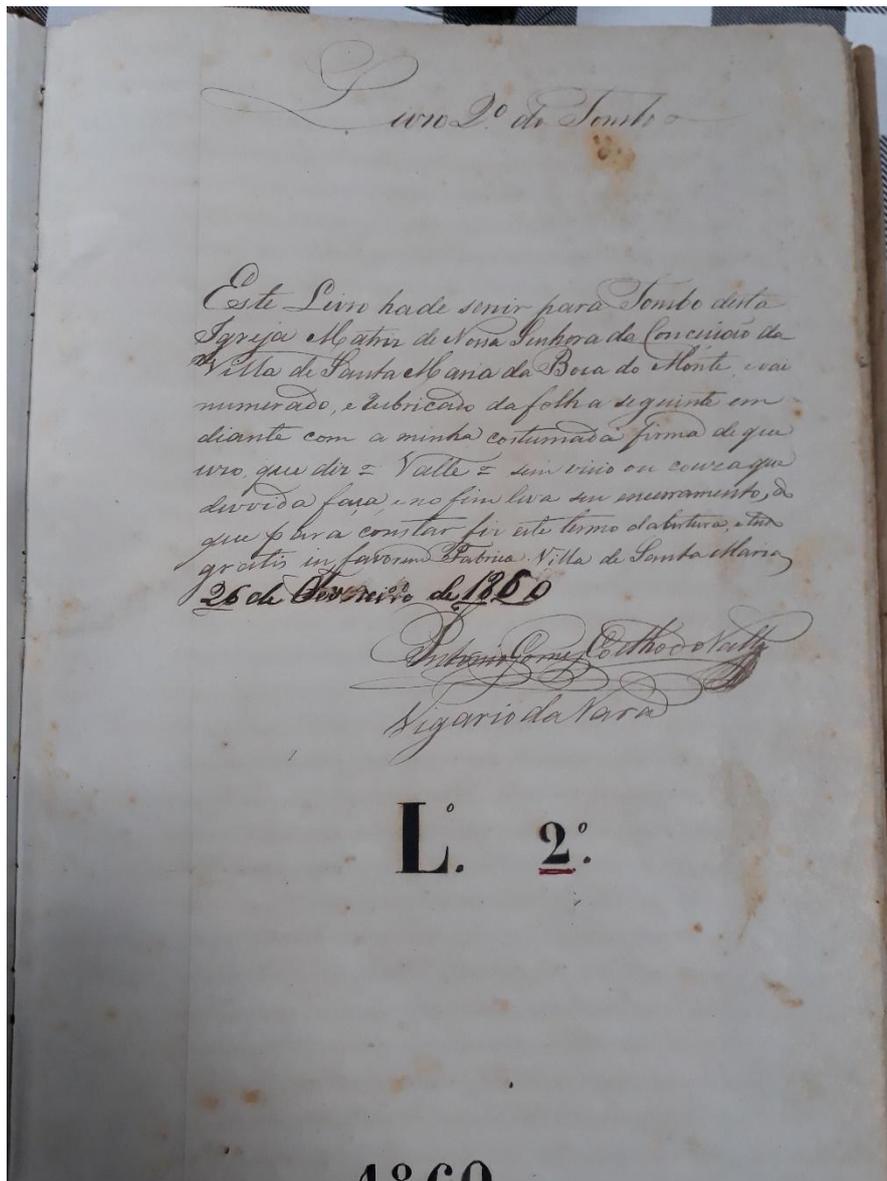
1	Pastoral 1.
---	-------------

--	--

1	Dom Feliciano Jose Rodrigues
2	Prates, por mercê de Deos e da Santa Sé Bispo
3	do Rio Grande do Sul, do Conselho de Sua Ma-
4	gestade o Imperador, Cavalleiro da Ordem de
5	Christo, e Imperador da [?] condecorado com
6	as Medalhas do Sul
7	A todos os Fieis ecclesiasticos, e senhores de nossa Dioce-
8	se, saúde, e benção em o Senhor.
9	Aprove a Divina Providencia, que fossemos constitui-
10	do no Episcopado, e que tivessemos o regimen desta Dio-
11	cesse, da qual acabamos de tomar posse.
12	[?]

Dom Feliciano foi o primeiro Bispo do Rio Grande do Sul e era natural da localidade de Aldeia dos Anjos (Gravataí). Nasceu em 13 de julho de 1781, filho legítimo de João Nepomuceno de Carvalho e de Maria Leocádia da Costa Prates. Criou o seminário do Rio Grande do Sul, o qual ocorria nas instalações de sua casa, chamada de Palácio da Lapa.

Figura 5 – Texto de abertura do segundo livro.



Fonte: acervo da autora.

1	Livro 2.º do Tombo
---	--------------------

1	Este Livro hade servir para Tombo desta
2	Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição da
3	Villa de Santa Maria da Boca do Monte e vai
4	numerado, e rubricado da folha seguinte em
5	diante com a minha costumada firma de que
6	uso que diz-º Valle-o sem vicio ou couza que
7	duvida a faço e no fim leva seu encerramento, de
8	que para constar fiz este termo de abertura, e [?]
9	grátis in favorem Fabrico. Villa de Santa Maria
10	26 de Fevereiro de 1860
11	Antonio Gomes Coelho
12	Vigario da Vara
13	L.º 2.º
14	1860

O Pe. Antônio Gomes Coelho nasceu na freguesia de São Bartolomeu de Auroca, diocese de Lamego, em Portugal, em 16 de abril e 1801, sendo filho legítimo de José Gomes Coelho e de Maria Eufrásia. Naturalizou-se no Brasil e tornou-se Cavaleiro da Ordem de Cristo. Foi nomeado como vigário da cidade de Santa Maria, onde se tornou querido à população.



1	todos a registrarão, e religiosamente cumprirão 3
2	accuzando-me sua recepção. Porto Alegre 16
3	de Mario de 1860 = Vigario Capitular Juliano de
4	Faria Sobalo = Cumpra-se o seguinte na forma
5	Supra. Santa Maria 23 de Junho de 1860=
6	Registro de Desponho que desanexa da Freguezia
7	da Cachoeira e anexa à esta Freguezia de Santa Maria
8	da Boca do Monte a fazendo de Francisco Rodruiges d'
9	Amorin com todos seus agregados naforma
10	seguinte=
11	Ilustrissimo Reverendissimo Senhor Vigario Capitular
12	= Diz Francisco Rodrigues d'Amorin, Frequez da Parochia
13	da Cachoeira, residente em sua Fazenda ao lado direito do
14	Arroio Vacacahy-mirim, distante seis legoas da Matriz de
15	Santa Maria da Boca do Monte, eda sua dezesseis le-
16	goas, que querendo pertencer áquella por lhe ser mais
17	proxima, etendo numerosa família e agregados lhe
18	são mais fáceis os [?] espirituais, por isso vem ro-
19	gar a Vossa Senhoria Reverendissima, para desanexar
20	ao Suplicante, e todos seus agregados da Fregue-
21	zia da Cachoeira, para ficarem pertencendo á Vossa Senhoria Reve-
22	rendissima se digne dar as necessárias providencias
23	a tal fim= Espera receber mercê.= Porto Alegre qua-
24	torze de Março de mil oitocentos e sessenta anonos=
25	como _____Manoel Coelho Gama d'Eça =
26	Despacho= Em atenção á petição do suplicante,
27	concedo a graça pedida, desligando-o, a sua fami-
28	lia e aggregados existentes, da jurisdição da Fre-
29	guezia da Cachoeira de Santa Maria da Boca do Mon-
30	te, devendo apresentar esta aos Reverendos Parochos
31	respectivos para sua [?] entregando lhe



1	Considerações: [?] chefe da Igreja catholica
2	nesta provincia, digno a Deos os respeitos de alta estima
3	que desperta pelas suas [?] civicas, acaba de assumir a atti_
4	tude de franco abolicionista, como já deveis conhecer pela pas_
5	toral de 8 [?]. expedida a 15 de agosto do corrente anno
6	Collocado neste ponto de vista o presado cidadão convocou
7	e realisou no palacio episcopal á esta diocese uma reunião
8	sob a augusta presidencia de [?]
9	Solene foi essa assembléa memoravel!
10	Representantes de todas as doutrinas e opiniões q. traba=
11	lham no presente a sociedade rio-grandense, ali unifica=
12	ram seus esforços sob a egide do nome laureado do pre=
13	lado illustre, pela libertação total dos escravizados q. ainda
14	maculam o sólo desta altiva e generosa provincia.
15	O porte imponente do ancião respeitavel como q. se e=
16	naltecia aos olhos dos q. o fitavam extendendo mão ´protecto=
17	ra aos miseros captivos [?] sob o imperio de ameaças
18	tão [?], nenhuma preocupação pessoal pou=
19	de ali transparecer, perturbando a cordialidade suprema
20	q. nos estimulava a servir á sociedade.
21	Por accordo unanime resolvemos, pois, adherir á i=
22	niciativa patriota do prelado desta diocese empe=
23	nhando-nos, sem cessar pelo abolicionismo incondicio=
24	nal, no sentido de consagrar-se, se possivel, a liberta=
25	ção completa do Rio-Grande por ocasião da celebração do
26	jubileu sacerdotal do Santissimo Padre o Papa Leão XIII,
27	a 31 de dezembro próximo.
28	Cumpre-nos agora, segundo o q. foi deliberado na
29	mesma assembléa, appelo para os Vossos sentimentos em
30	nomeda civilização de nossa provincia, em nome dos prin=
31	cipios da [?] e verdadeira moral.
32	Concidadões: - Em todos os juizes [?] de insti=
33	tuição da escravidão, o abolicionismo nasceu da caridade, do a

Figura 8 – Continuação do manifesto abolicionista.

não é igualdade entre os brancos e dos de cor. A história demonstra  
 antagônicos legados ao patriotismo. A história demonstra  
 que em todos os tempos a pro-paganda mais eficaz, para o triunfo  
 do fim do abolicionismo foi a que, com liberdade e restauração,  
 ceu o maior dos crimes contra a liberdade, suas instituições  
 brica contra os senhores, vítimas também do regime de  
 liberdade, da lei injusta, dos hábitos, dos costumes, da educação  
 q. tiveram, considerando como direito aquilo q. nos era devido  
 violência e usurpação. O abolicionismo financeiro, justo  
 e patriótico, que quer a extinção da escravidão p. regenerar  
 a grandeza da pátria p. o bem estar futuro do senhor e do escravo,  
 sem violência, sem abelo, sem perturbação, q. a todos envolva  
 na ruína, appelle p. a força da philantropia, p. a azeite  
 da beneficência esclarecida q. se derrama em conselhos e exhorta-  
 ções, sabendo das beatas do coração do homem, da mulher, da  
 criança q. une a todos os almas generosos sem fazer de seus  
 semelhantes, q. identifica as consciências dos escravos das pro-  
 prias q. commettam e dos q. sustentam a injustiça.

O q. nos inspira no abolicionismo é o dever contra  
 a força, a justiça contra a violência, a caridade, a honra, a glória  
 da pátria, a glória da pátria. Se, no império, as ultimas reser-  
 vações cabem aniquiladas pelos impulsos da opinião e pela  
 suprema razão dos povos, contra as instituições q. deshonram  
 a humanidade, a esta provincia se 'gálto fazer' sentir as pro-  
 cas q. sem resistirem, prosseguem ainda escravos q. a obedi-  
 ência a' lei os põe a fazer' por dar brevemente a glória da sua  
 beneficência. Mostrem elles, mostre o Rio Grande do  
 Sul, q. ha de ser sempre, em todos os tempos, justo e orde-  
 deiro o juiz do seu historial: — que esta provincia pre-  
 pare ao império era imado inteiro q. são a maior as institui-  
 ções livres se apponella a ruina' crença religiosa, tanto mais  
 inabalavel quanto se esticam nos interesses q. geram e abrem  
 sua' força nas sympathias nacionais.

Quando vemos o rapido desenvolvimento da prosperidade  
 d'esta provincia e os prodigios do trabalho livre, secundando

Fonte: acervo da autora.

1	mor á igualdade entre os humanos e dos sentimentos huma=
2	nitarios ligados ao patriotismo____A historia demonstra
3	q. em todos os tempos a propaganda mais eficaz, para o trium=
4	pho final do abolicionismo, foi que, combatento a escravidão,
5	como maior dos crimes contra a liberdade, não investida co=
6	lerica contra os senhores, victmas tambem do regimen esta=
7	belecido, da lei injusta, dos habitos, dos costumes, da educação
8	q. tiveram, considerando como direito aquillo q. não era senão
9	violencia e usurpação_____ O abolicionismo sincero, justo
10	e patriotico, que quer a extinção da escravidão p. <sup>a</sup> regeneração
11	e grandeza da patria, p. <sup>a</sup> o bem estar futuro do senhor e do escra=
12	vo, sem violencias, sem abalos, sem perturbações, q. a todos envol=
13	vem na ruina, appelo p. <sup>a</sup> a força da philantropia, p. <sup>a</sup> a ação
14	da beneficencia esclarecida, q. se derrama em conselhos e exhor=
15	tações, sahindo dos labios e do coração do homem, da mulher, da
16	creança, q. unerá á todos os alunos generosamente, em favor de seus
17	semelhantes, q. identifica as consciencias e os corações dos pro=
18	prios q. commettem e dos q. sustentam a injustiça.
19	O q. nos inspira no abolicionismo é o dever contra a
20	força, a justiça contra violencia, a caridade, a honra, a gran=
21	deza, a gloria da patria_____ Si, no imperio, as ultimas resis=
22	tencoas cahem aniquiladas pelos impulsos da opinião e pela
23	suprema razão dos povos, contra as instituições q. deshonram
24	a humanidade, nesta provincia só falta fazer sentir aos pou=
25	cos q. sem resistirem, possuem ainda escravos, q. a obe=
26	dencia á lei póde fazer perder brevemente a gloria da sua
27	beneficencia_____ Mostrem elles, mostre o Rio Grande do
28	Sul, q. hade ser sempre, em todos os tempos, justo e verda=
29	deiro o juizo do seu historiador: ___que esta provincia pre=
30	para ao imperio e ao mundo inteiro q. seu amor ás institui=
31	ções livres se assemelha a uma crença religiosa, mais
32	inabalavel quanto seresteiam nos interesses geraes e acham
33	sua força nas [?] nacionaes.
34	Quando vemos o rapido desenvolvimento da prosperidade
35	d'esta provincia, os prodigios do trabalho livre, fecundando seu



1	sólo privilegiado , os benefícios de sua [?] es=
2	pontanea, e o adiantamento moral [?] do seu juízo, a
3	cultura do seu espirito, o grão de sua civilização e o vasto
4	camo q. receberá á sua iniciativa nas conquistas do futuro, e
5	no caminho de sua grandeza. ____ [?] trabalho somos to=
6	dos, ao clarão das glórias presentes, que irradia sobre os que já
7	foram conquistados, p. <sup>a</sup> q. em breve não haja, um só homem esca=
8	viado debaixo do seu gloriosissimo céu? ____
9	Mais afortunada q. outras regões do mundo, q. fizeram
10	abolição pelo fogo das batalhas e pela luta sanguinolenta
11	entre filhos da mesma patria, divididos em campos inimigos,
12	o Brazil vai elevar-se aos olhos do mundo, destruindo a [?]
13	instituição pela ação purissima da beneficencia partindo
14	do patriotismo, e pela nobre anulação [?]
15	da e glorificada perante o universo ____ Foi assim q, o Rio
16	Grande do Sul já procedeu no
17	[?] de 1884 ____ A escravidão é
18	dos sentimentos generosos dos senhores não
19	Que o povo desta heroica provincia se levante á [?] da
20	sua [?], tão grande como o seu
21	gem e sua historia, [?]
22	mo e da sua inexgotavel beneficencia, p. <sup>a</sup>
23	ultimos captivos ____ E vós, compatriotas, q. ainda possuem
24	escravos, ____ libertai os; a [?] aos brados da justiça; es=
25	tabelecei a igualdade entre os q. já são livrese os q. mere=
26	cem sel-o ____ Mais duro é p. <sup>a</sup> estes o [?] porque
27	seem no seu infortunio aventureados q. a liberdade
28	É esta desigualdade de q. [?] perturbações e
29	erigos no seio do [?] riograndense, [?] os e=
30	la libertação de todos.
31	[?] senhor Vicente de [?] da Costa Pinheiro;
32	Conselheiro Antonio [?] de Camargo; Domingos [?]
33	dos Santos, Joaquim de Salles
34	Nunes Ribeiro –

Figura 10 – Fim do manifesto abolicionista.

De comprehender, pois, as acções e gestos nos dias  
 retro, tratamos de convocar membros indigentes  
 para o dia de amanhã de dia 19 de setembro corrente  
 porém, alguns não compareceram, e não se puderam  
 excusar para argumentar a cammista de St. Thiago  
 em telegramma de dia 18, facultamos nos nomear outros  
 de q. outros se reuniram.

Com a morte, portanto, de referido dia 19 abri na  
 qualidade de Presidente a sessão, com os dignos membros  
 Barros de Sanchay, Sr. Dioclecio Pereira de  
 Advogado Francisco José Barreira (ambos de  
 Felipe Alves d' Oliveira servindo de Secretário, apen-  
 ta um escolhido, se bem que pequeno, auditorio.

O Secretário deu a relação de numero dos escravos  
 que ainda existiam alguns dos os cepteiros mesm  
 cipio, cujo rel. são firmes ferreiros de caritas de  
 tario, seg. a Nacional Carneiro Pinto espontaneamente  
 la' constando, pois, que se' 0112 escravos pertencem  
 a diversos proprietarios.

Subiu a Tribuna o digno Secretário, o distinto abo-  
 gado Carneiro de St. Octaviano d' Oliveira representando  
 todo o Club Commercial da d. Cidade, as quaes com  
 quanta phrasas appellaram p. o sentimento de  
 unidade, patriotismo e equidade, tanto inculcadas  
 p. o proprio Prelado, deo entusiasticas p. os st. etc.

Levantou-se a sessão, e no outro dia de Setembro  
 de mais a fim de os proprietarios dos negros iram  
 infelizes ceder a sociedade de todos individuos livres.

Depois, alguns leram prosa de resgos philantropicos,  
 outros pediram indemnizacoes ondicas, e bem, etc.  
 do sentido de to municipio consultamos.

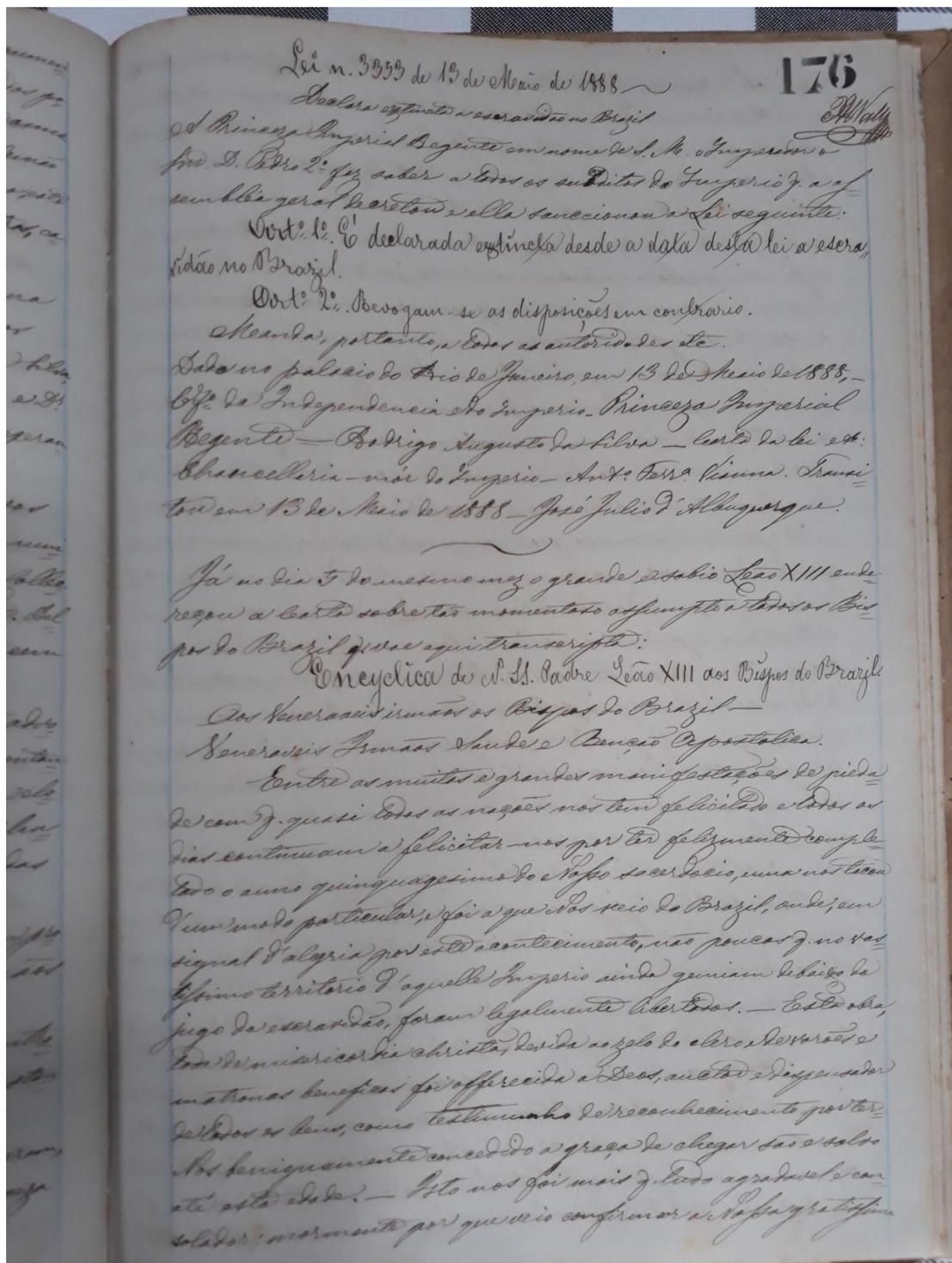
Apin das causas se estacionou e por uns mezes  
 quando se proclama a liberdade que a sociedade  
 Regente por sua magnanimidade sancionou.

Solva, Brazil Libre!

Fonte: acervo da autora.

1	De conformidade, pois, ao [?]
2	[?], trabalhamos de [?]
3	[?] sessar [?]
4	Porem, alguns não [?]
5	em telegrama do dia 17,
6	So q. outros [?]
7	Eu a noite, portanto, do referido dia 19 abri na
8	qualidade de Presidente a sessão, comos dignissimos
9	membros. Barão [?], Dr. Dioclesio Pereira de [?]
10	os advogados [?] José Ferreira [?] Filho [?]
11	Felippe Alves d'Oliveira servindo de Secretario, e peran=
12	te um escolhido, se bem pequeni, auditorio.
13	O secretario leu a relação do numero dos escravos
14	que ainda existiam algemados ao [?] neste muni=
15	cipio, cuja relação foi-nos [?] do escrivão da [?]
16	toria, e [?] Manoel Carneiro Pinto espontaneamente [?]
17	la constando, pois, que só onze escravos pertencem
18	a diversos proprietarios_____.
19	Subiu a tribuna o digno Secretario, o distincto advo=
20	gado [?] e o [?] Sr. Octaviano d'Oliveira representan=
21	te do Club Commercial desta Cidade; os quaes conse=
22	quentes phrases apelaram p. <sup>a</sup> o sentimento de hu=
23	manidade, patriotismo e egualdade, tanto [?]
24	[?] eximio Prelado, desta [?] povo
25	Levantou-se a sessão, e no outro dia se leram pro=
26	videncias afim de os proprietarios dos nossos
27	infelizes ceder á sociedade talvez [?] livres.
28	De fato, alguns déram prova de rasgar [?]
29	[?], outros pediram [?] medicos, e [?] estan=
30	do ausentes deste municipio consultaram-se_____
31	quando se proclamou a aurea lei, que [?] Princeza
32	Regente por sua unagnamidade sancionar.
33	Salve, Brazil livre!

Figura 11 – Texto sobre a lei que extinguiu a escravidão.



Fonte: acervo da autora.

1	Declara extincta a escravidão no Brazil 176
2	A Princeza Imperial Regente em nome de S. Me. o Imperador o
3	Sr. D. Pedro 2º fez saber a todos os suditos do Imperio q. a as=
4	sembléa geral decretou e ella sancionou a Lei seguinte
5	Art. ° 1º. É declarada extincta desde data desta lei a esca=
6	Vidão no Brazil.
7	Art.° 2º. Revogam-se as disposições e contrario.
8	Manda, portanto, a todas as autoridades [?]
9	Dado no palacio o Rio de Janeiro, em 13 de Maio e 1888,-
10	[?] da Independencia e do Imperio- Princeza Imperial
11	Regente= Rodrigo Augusto da Silva - Carta da lei de: [?]
12	[?] –vós do Imperio- Ant. ° Fessa Vieira. Trami=
13	tou em 13 de Maio de 1888 – José Julio d’Albuquerque.
14	_____
15	Já no dia 4 do mesmo mez o grande e sabio Leão XII ende=
16	reçou a carta sobre tao momento assumpto a todos os Bis=
17	pos do Brazil q. vae aqui transcripta:
18	Encyclica de N° 11 Padre Leão XII dos Bispos do Brazil.
19	Os Veneraveis irmãos os Bispos do Brazil
20	Veneraveis Irmãos Saude e Benção Apostolica.
21	Entre as muitas e grandes manifestações de pieda=
22	de com q. quase todas as nações nos tem felicitado e todos os
23	dias continuam a felicitar-nos por ter felizmente comple=
24	tado o anno quinquagesimo do Nosso sacerdocio, umma nos tocou
25	d’um modo particular, e foi o que Nos veio do Brazil, onde, em
26	signal d’alegria por este acontecimento, não poucos q. no vas=
27	tissimo territorio d’aquelle Imperio ainda gemiam debaixo do
28	jugo da escravidão, foram legalmente libertados. ____Esta obra,
29	toda, de misericordia christa, devida ao zelo do clero e de varões
30	[?] beneficios foi offerecida a Deos, auctor e dispensador
31	de todos os bens, como testemunho de reconhecimento or ter=
32	Nos benignamente concedido a graça de chegar são e salvo
33	até esta idade.____ Isto nos foi mais q. tudo agradavel e con=
34	solados; [?] por que veio confirmar a Nossa gratissima

### Legenda

[?]- foi usado para marcar as palavras que não puderam ser identificadas.

## 5 CONCLUSÃO

É indiscutível reconhecer, a esse ponto da pesquisa, a importância que o estudo de arquivos eclesiásticos tem a contribuir para a valorização dos mesmos.

Parece consenso entre os estudiosos de que o envolvimento do arquivista intervindo junto a esses arquivos e se dedicando a divulgar a história que esses documentos carregam consigo, vem a somar no sentido de demonstrar o potencial dessas fontes o seu valor como testemunho permitindo a construção de uma identidade social. Quanto mais o profissional conhecer do que se tratam esses documentos, mais domínio terá sobre gestão de arquivos religiosos.

Ao longo dos anos, foram várias as mudanças legislativas que tiveram em sua construção os preceitos arquivísticos como sua base, e cada vez mais será reconhecida a importância de uma gestão documental adequada visando acabar ou reduzir a perda documental.

As pesquisas não somente sanam o interesse do pesquisador em concluir seu trabalho. Elas também evocam o espírito da memória social. A divulgação e elucidação da relevância desses arquivos irá instigar o interesse das pessoas comuns, contribuindo para a valorização da história das comunidades, cidades e vilas do país. Independente das particularidades religiosas de cada indivíduo, é fato que os registros paroquiais contemplam boa parte de nossa história, e como tal, devem receber méritos pela responsabilidade que carregaram por tantos séculos.

## REFERÊNCIAS

ACIOLI, V. L. C. **A escrita no Brasil Colônia: um guia para a leitura de documentos manuscritos.** Recife: Massangana/Fundação Joaquim Nabuco, 2003.

AQUINO, M. D. **Modernidade republicana e diocênização do catolicismo no Brasil: as relações entre o Estado e Igreja na Primeira República (1889-1930)**<sup>1</sup>. São Paulo: Revista Brasileira de História, 2012.

ARIBONI, S.; PERITO, R. **Guia Prático para um projeto de pesquisa exploratória, experimental, descritiva.** São Paulo: Unimarco, 2004.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Normas técnicas para transcrição e edição de documentos manuscritos.** Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/88680661/NORMAS-TECNICAS-PARA-TRANSCRICAO-E-EDICAO-DE-DOCUMENTOS-MANUSCRITOS>>. Acesso em: 20 abr. 2019.

BELLOTTO, H. L. **Arquivos permanentes: tratamento documental.** São Paulo, T.A. Queiroz, 1991.

BRASIL. Decreto 4.073, de 3 de janeiro de 2002. Regulamenta a Lei 8.159, 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. **Diário Oficial da União**, Brasília, 4 jan. 2002.

BRASIL. Decreto nº 119-A, de 7 de janeiro de 1980. Proíbe a intervenção da autoridade Federal e dos Estados federados em matéria religiosa, consagra a plena liberdade de cultos, extingue o padroado e estabelece outras providências. **Coleção das Leis da República Federativa do Brasil**, Rio de Janeiro, RJ, n.1, p.10, jan./mar. 1890.

BRASIL. Lei n. 3.071, de 1º de janeiro de 1916. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L3071impressao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L3071impressao.htm)>. Acesso em: 14 fev. 2019.

BRASIL. Lei 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de Arquivos Públicos e Privados e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, v. 139, n.6, p. 455. 9 jan. 1991.

CAMBRAIA, C. N. **Introdução à crítica textual.** São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CONCÍLIO de Trento. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/historia/concilio-de-trento/>>. Acesso em 20 fev. 2019

CRAIG, BARBARA. **Archives theory, archival practice, archives history: three solitudes or a trinity?** Canadian Journal of Information and Library Science, v.8, n.4, p. 36-49, dec. 1993.

DIAS, MICHELE RODRIGUES. **Arquivos Eclesiásticos: O batistério como fonte de informação**. 2015.

ENCICLOPÉDIA dos municípios brasileiros - Municípios do Estado do Rio Grande do Sul (PDF). [S.l.]: **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**: 1959. pp. 175–184.

FRAGOSO, JOÃO; GUEDES, ROBERTO. **História social em registros paroquiais: Sul- sedeste do Brasil, séculos XVIII- XIX**.

FUNARI, PEDRO PAULO; PELEGRINI, SANDRA C.A. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2016.

GOMES, CLÁUDIA; NOITE, DINA; ESTEVINHO, FÁTIMA. **Conservação de documentos degradados pela corrosão da tinta ferrogálica**. Arquivo Regional da Madeira. Disponível em: <https://pt.calameo.com/read/001838358cea7deec8957?authid=5z3lxZS19eUj> >. Acesso em: 16 de maio, 2019.

IGREJA CATÓLICA. **Código de Direito Canônico**. Promulgado [pelo] Papa João Paulo II. 2º ed. Versão portuguesa de A. Leite. S.l.; revista por Serafin Ferreira e Silva, Samuel S. Rodrigues, V. Melícias Lopes e Manuel Luíz Marques. Lisboa: Conferência Episcopal Portuguesa, 1983. 371 p. ISBN 88-209-1418.

LIVRO TOMBO numero 1. Catedral Nossa Senhora da Imaculada Conceição. 1814.

LIVRO TOMBO numero 2. Catedral Nossa Senhora da Imaculada Conceição. 1860.

MARCILIO, Maria Luiza. **Os registros paroquiais e a história do Brasil**. Revista Varia Historia, 31, jan.2004, pp. 13-20.

MARTA, B. (Prod.) **Catedral Metropolitana de Santa Maria**: patrimônio histórico de Santa Maria. [Santa Maria] [s.n.].

MELO, J. F.; SCHWARZBOLD, K. C.; RICHTER, E. I. S. **Leitura e análise diplomática do livro tomo III da Catedral Diocesana de Santa Maria**. Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação. 2014. v. 28.

MENDES, SOÉLIS TEIXEIRA DO PRADO; OLIVEIRA, CHRISTIANE BENONES DE. **A transcrição de um manuscrito eclesiástico setecentista para a pesquisa na área de linguística histórica**. E-Hum: 2016. Disponível em: <http://revistas.unibh.br/index.php/dchla/article/view/1842>>. Acesso em: 16 mar. 2019.

MONTENEGRO, Jeferson. **Os arquivos eclesiásticos como fontes para a pesquisa genealógica no Vale do Rio dos Sinos no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre. 2012.

OLIVEIRA, TÂNIA MODESTO VELUDO DE. **Amostragem não probabilística: adequação de situações para uso e limitações de amostras por conveniência, julgamento e cotas**. Revista Administração On Line, 2001.

PORTO, AURÉLIO. **O Trabalho alemão no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Santa Terezinha, 1934.

RUPERT, ARLINDO. **História da Igreja no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Edipucrs, 1994. 2v.

RUSSEAU, Jean-Yve; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Trad. Magda Bigoyye de Figueiredo. Lisboa: Dom Quixote. 1998.

SANTA Maria: o coração do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www.rodosoft.com.br/dicas/santa-maria-o-coracao-do-rio-grande-do-sul/>>. Acesso em: 13 dez. 2017.

SANTOS, C. J. O. **Diagnóstico dos arquivos das primeiras dioceses católicas brasileiras(1551-1854)**.

SANTOS, C. J. O. **Elementos de conservação dos arquivos das primeiras prelazias e dioceses brasileiras: diagnóstico**. Revista Brasileira de Arqueometria, Restauração e Conservação. Vol.1, No.4, pp. 173 – 179, 2007.

SANTOS, C. J. O.. **Os arquivos das primeiras prelazias e dioceses brasileiras no contexto da legislação e práticas arquivísticas da igreja católica**. 2005.

SANTOS, C. J. O. **Os primeiros arquivos eclesiásticos brasileiros (1551 – 1554): diagnóstico<sup>1</sup>**. Revista brasileira de biblioteconomia e documentação, Nova Série, São Paulo, v.3, n.1, p.25-44, jan-jun. 2007.

SIGNIFICADO do termo tombo. Disponível em: <[www.patrimoniocultural.pr.gov.br](http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br)>. Acesso em: 13 de dez. 2017.

SILVA, A. A. G. D.; BORGES, J.. **Arquivos secretos Eclesiásticos em Salvador**. Londrina, v.14, n.2, p.38-61, jul./dez. 2009.

SILVA, C. S. D.. **A história da Avenida Rio Branco da cidade de Santa Maria: uma narrativa através da fotografia**. Oficina do Historiador, v.7, p. 466-486, 2014.

SOUZA, F. F. D. **Uma breve história do Concílio de Trento**. Disponível em: <<http://ibadonai.blogspot.com/2008/07/uma-breve-histria-do-conclio-de-trento.html>>. Acesso em: 20 fev. 2019.

TOGNOLI, N. B.; FERREIRA, E. R. D. S. **Os arquivos eclesiásticos e a arquivística brasileira: uma análise dos artigos publicados nos periódicos arquivísticos brasileiros**. Florianópolis: Ágora, 2017.

VIDE, S. M. D. **Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia feitas, e ordenadas pelo Illustrissimo, e Reverendissimo Senhor D. Sebastião Monteiro da Vide: propostas, e aceitas em o Synodo Diocesano, que o dito Senhor celebrou em 12 de junho do anno de 1707**. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/222291>> . Acesso em: 16 de maio, 2019.

Aldo Locatelli, que pintou a Catedral de Santa Maria, completaria cem anos no dia 18. **Diário de Santa Maria**, Santa Maria, 15 ago. 2015. Disponível em: <<https://diariosm.com.br/aldo-locatelli-que-pintou-a-catedral-de-santa-maria-completaria-cem-anos-no-dia-18-1.2020306>> Acesso em: 07 jul. 2019.